



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

EIXO MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

**Protagonismo comunitário e direito à moradia: a experiência do
Assentamento Eli Vive**

Edna A. C. Braun¹
Fernanda C. Fujita²
Maria Isabela Costa Moreira³
Rafael Garrido dos Santos⁴

Resumo: Este artigo apresenta a luta pelo direito à moradia sob a perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com foco no Assentamento Eli Vive, em Lerroville (PR). O objetivo é demonstrar a centralidade do protagonismo comunitário na conquista da moradia digna, abrangendo a articulação política para aprovação do projeto, a execução das obras e o desenvolvimento do trabalho social. A metodologia fundamentou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e diagnóstico socioterritorial. Os resultados evidenciam que a convergência entre protagonismo comunitário e assistência técnica fortalece a cidadania, promove a geração de renda e efetiva direitos fundamentais no campo.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Assentamento Eli Vive; Protagonismo comunitário; Direito à moradia; Programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

Abstract: This article presents the struggle for the right to housing from the perspective of the Landless Workers' Movement (MST), focusing on the Eli Vive Settlement in Lerroville (PR), Brazil. The objective is to demonstrate the centrality of community protagonism in achieving adequate housing, including political articulation for project approval, execution of construction works, and social work activities. The methodology was based on bibliographic review, document analysis, and socio-territorial diagnosis. The results highlight that the convergence between community protagonism and technical assistance strengthens citizenship, promotes income generation, and ensures fundamental rights in rural areas.

Keywords: Landless Workers' Movement; Eli Vive Settlement; Community Protagonism; Right to Housing; Minha Casa, Minha Vida Rural Program.

¹ Assistente Social na Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), graduada em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL), edna.braun@cohab.londrina.pr.gov.br

² Estagiária na Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), estudante de graduação de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL), fernanda.fujita@uel.br

³ Estagiária na Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), estudante de graduação de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL), isabela.costam@uel.br

⁴ Estagiário na Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), estudante de graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), 21rafael.garrido@uel.br



Introdução

O Brasil é um país marcado, historicamente, pela concentração fundiária. O acesso à terra sempre foi indicativo de poder, riqueza e, conseqüentemente, exclusão social. A formação social e histórica de nosso país foi marcada por lutas pelo direito à moradia e pelo acesso à terra. Para Delgado (2005), a questão agrária brasileira, do pós-guerra ao início do século XXI, foi marcada pela influência direta dos ciclos políticos, que vão do regime militar à redemocratização e à consolidação do neoliberalismo nos anos 1990. Ainda que tenham ocorrido mudanças institucionais nesse período, a estrutura fundiária permaneceu altamente concentrada e voltada ao agronegócio exportador, em contraste com a atuação e resistência dos movimentos sociais que defendem a função social da terra.

Os Censos Agropecuários do IBGE revelam que a distribuição da propriedade permaneceu praticamente inalterada por décadas, indicando que os assentamentos realizados desde a redemocratização tiveram impacto quase nulo nos índices de desigualdade, reforçando a necessidade de políticas fundiárias mais robustas para uma efetiva desconcentração da terra.

O assentamento Eli Vive, em Lerroville/Londrina/PR, nasceu na contramão da lógica do agronegócio. Ele ocupa áreas que eram latifúndios improdutivos ou que não cumpriam sua função social, desafiando a lógica de que a terra deve servir apenas ao agronegócio de exportação. Como o maior assentamento em área de reforma agrária em região metropolitana do Brasil, o Eli Vive inverte essa lógica. Ele foca na agroecologia e na produção de alimentos (leite, hortaliças, café) para o mercado local e para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), priorizando a segurança alimentar em vez do lucro. Entretanto, a reforma agrária só é plena quando o camponês tem condições de se reproduzir como classe. Sem moradia digna, o assentado é apenas um trabalhador rural em condição precária.

A construção das casas, pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMV/Rural), no Assentamento Eli Vive transforma o “lote” em “lar”. Isso fixa a família na terra, reduzindo o risco de êxodo rural. A transição do acampamento precário para o lote no assentamento foi certamente uma evolução, entretanto, a construção de uma casa de alvenaria é a materialização da cidadania e permite que o assentado tenha mais segurança e conforto para sua família, processe alimentos de qualidade e possibilite o planejamento da produção a longo prazo, algo impossível quando “mora” na precariedade.

1. A LUTA PELO DIREITO À MORADIA DENTRO DO MOVIMENTO SOCIAL SEM TERRA (MST)



Em um país onde a terra historicamente simboliza poder e riqueza, a trajetória dos sem-terra representa um movimento de resistência e a reivindicação do trabalhador rural brasileiro pelo direito ao usufruto do território, seja para o trabalho produtivo ou para a habitação digna. Esta luta expõe as contradições de um modelo de produção pautado na exploração e na exclusão sistemática dos trabalhadores do campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge oficialmente em 1984, em um cenário de profundas transformações políticas e econômicas, impulsionado pela ampliação das frentes populares na busca por direitos fundamentais. Com a ascensão da ditadura militar, intensificou-se a repressão contra os camponeses mediante violência, censura e perseguição, estratégias empenhadas no desmantelamento de quaisquer formas de organização que confrontassem os interesses do modelo agrário vigente. Esse processo aprofundou a exclusão dos trabalhadores rurais e favoreceu a concentração fundiária nas mãos de grandes proprietários (FERNANDES, 1999).

Ainda na década de 1970, o governo militar, alinhado aos interesses do latifúndio, implantou um modelo de desenvolvimento agropecuário fundamentado na produção de insumos, fortalecendo a crescente indústria. Através de sistemas de crédito e subsídios, financiou-se prioritariamente a grande propriedade, consolidando um enfoque menos voltado aos recursos naturais e mais dependente da produção industrial de insumos (FERNANDES, 1999). Esse ciclo resultou na expansão das monoculturas mecanizadas e na proletarianização do campo, culminando na acentuação do êxodo rural. Famílias inteiras, destituídas de seus meios de subsistência, foram empurradas para as periferias urbanas, transformando a carência de terra em um problema crônico de falta de moradia.

Mesmo com as diferentes formas de repressão pelo Estado durante a ditadura, as lutas pela terra continuavam em todo âmbito nacional contra a exploração, expulsão e violências. Destacam-se as ocupações embrionárias das glebas^[1] Macali e Brilhante (1979) e da Encruzilhada Natalina (1981), no Rio Grande do Sul, cujas repercussões políticas unificaram posseiros, migrantes e pequenos agricultores (MST, s.d.). Em 1984, em Cascavel (PR), o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais oficializou o MST, com o objetivo de lutar pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

Neste histórico de embates, a Constituição Federal de 1988 tornou-se um marco divisor. Ao reconhecer o direito à moradia (Art. 6º) e estabelecer que a propriedade deve cumprir sua função social (Art. 5º, XXIII), a Carta Magna legitimou as demandas dos movimentos sociais. A partir de então, as ocupações passaram a ser fundamentadas no Art. 184, que prevê a desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, garantindo que o acesso à terra seja acompanhado pelo direito à habitação.

Atualmente, o MST é reconhecido como o maior movimento popular da América Latina. Suas formas de atuação — baseadas no tripé ocupar, produzir e resistir —



demonstram um elevado nível de organização voltado à construção de uma nova sociabilidade. A luta política do movimento não resulta apenas em conquistas internas, mas beneficia a sociedade civil ao pautar a segurança alimentar e o direito à cidade. Assim, as ocupações de latifúndios improdutivos visam, simultaneamente, à democratização do acesso à terra e à garantia da moradia digna, elementos essenciais para a dignidade da pessoa humana no campo.

2. HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ELI VIVE

A trajetória do assentamento Eli Vive, em Londrina (PR), constitui um objeto de estudo central para a compreensão da conflitualidade agrária e da reterritorialização camponesa no Brasil contemporâneo (FERNANDES, 1995; SANTOS, 2006). Ocupando aproximadamente 7.313 hectares das antigas fazendas Guairacá e Pininga (INCRA, 2010; MST, 2010). O território evoluiu de um latifúndio de pecuária extensiva para a maior área de reforma agrária em região metropolitana do país (MST, 2010; BRASIL DE FATO, 2022). Este processo não foi linear, sendo caracterizado por três momentos dialéticos: a gênese do conflito em 1991, a retomada produtiva em 2009 e a legitimação estatal em 2010 (UEL, s.d.; UFSC, s.d.).

A história do assentamento Eli Vive, localizado no distrito de Lerroville, em Londrina, Paraná, não é apenas um registro de ocupação de terras, mas um fenômeno sociológico e econômico que redefine as relações entre o campo e a cidade na região metropolitana de uma das cidades mais importantes do sul do Brasil (SANTOS, 2006; ALVES, 2020). O processo de maturação política para essa conquista remonta ao início da década de 1990, quando as primeiras pressões sobre a Fazenda Guairacá começaram a ser articuladas por grupos de trabalhadores acampados na região (UEL, s.d.; UFSC, s.d.). O perfil sociodemográfico dos ocupantes era majoritariamente composto por “boias-frias” e trabalhadores precarizados das periferias urbanas de Londrina, que buscavam a reinserção produtiva no campo após a crise do modelo cafeeiro na região (UEL, s.d.; ALVES, 2020). Os relatos de assentadas indicam que, ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, essas famílias mantiveram lutas e ocupações constantes, enfrentando pressões diversas, inclusive conflitos com forças policiais em períodos de despejo e com grupos organizados de oposição que atuavam em defesa de interesses de fazendeiros ou de antigas estruturas fundiárias (UEL, s.d.; UFSC, s.d.). Essa conjuntura forçou as famílias a um longo período de resistência e reorganização política que duraria quase duas décadas (FERNANDES, 1995; UEL, s.d.).

Após 18 anos de reivindicações e pressões políticas, o MST articulou uma nova fase de ocupação em fevereiro de 2009, aproveitando o período de carnaval para a entrada estratégica nas fazendas Guairacá e Pininga (ALVES, 2020; UEL, s.d.). Inicialmente, cerca



de 190 a 200 famílias estabeleceram o acampamento, desafiando a estrutura de pastagens degradadas do latifúndio (ALVES, 2020).

Nesta fase, a organização social foi pautada pelo sistema de brigadas e pela criação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, em março de 2009, visando garantir a reprodução social e a formação política desde os primeiros meses de acampamento (UEL, s.d.; MST, 2021). A ocupação de 2009 foi o catalisador que forçou o Estado a reabrir o processo administrativo de obtenção de terras pelo INCRA (INCRA, 2010; MST, 2010).

A transformação das fazendas Guairacá e Pininga em projeto de assentamento foi um processo que exigiu vultosos investimentos do Governo Federal e uma complexa articulação jurídica. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) investiu aproximadamente R\$ 78 milhões na aquisição das terras, o que representava, na época, cerca de 20% de todo o orçamento nacional destinado à agricultura familiar (MST, 2010). A Fazenda Guairacá possuía 5.826 hectares, enquanto a Fazenda Pininga somava 1.486 hectares, totalizando a área que hoje compõe os núcleos Eli Vive I e Eli Vive II (INCRA, 2010).

Embora a ocupação tenha ocorrido em 2009 e a homologação do assentamento tenha sido assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 19 de fevereiro de 2009 (INCRA, 2010), o processo de consolidação dos lotes foi moroso. As famílias permaneceram em regime de acampamento por cerca de quatro anos antes de receberem seus pedaços de chão definitivos (ALVES, 2020). O sorteio dos lotes ocorreu apenas em 27 de setembro de 2013, data que é celebrada anualmente pela comunidade como o dia da partilha do sonho coletivo (MST, 2021). Cada família foi beneficiada com parcelas de terra que variam entre 8 e 10 hectares, dimensões planejadas para garantir a viabilidade da agricultura camponesa baseada na diversificação produtiva (ALVES, 2020).

A infraestrutura inicial foi financiada através de créditos de instalação, com cada família recebendo inicialmente cerca de R\$ 50 mil para a construção de habitações e início da produção (INCRA, 2010). Contudo, a efetivação dessas moradias enfrentou gargalos burocráticos e financeiros ao longo dos anos, resultando em uma paisagem heterogênea onde coexistem casas de alvenaria consolidadas e estruturas mais simples que aguardam complementação de recursos federais (ALVES, 2020).

O nome escolhido para o assentamento é uma homenagem póstuma a Eli Dallemole, uma liderança histórica e camponesa executada em março de 2008 (UEL, s.d.). Eli Dallemole, fundador do MST e assentado no município de Ortigueira, no Assentamento Libertação Camponesa, foi assassinado dentro de sua própria residência por um grupo armado ligado ao latifúndio (UEL, s.d.). No momento do crime, Dallemole, então com 42 anos, assistia televisão com sua esposa quando dois homens encapuzados invadiram sua casa e dispararam quatro tiros. (UEL, s.d.). A execução de Eli foi o ápice de um período de ameaças crescentes que haviam se intensificado após ataques de milícias armadas ao acampamento Terra Livre (UEL,



s.d.). A escolha do nome “Eli Vive” para o assentamento em Londrina simboliza, portanto, a continuidade da luta do camponês e a transformação de sua morte em um símbolo de resistência coletiva (FERNANDES, 1995; MST, 2010).

3. DA VULNERABILIDADE TERRITORIAL À CONQUISTA DA DIGNIDADE: A MORADIA COMO EIXO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

A transição da moradia precária para a alvenaria no Assentamento Eli Vive, em Lerroville, não representa apenas uma mudança de infraestrutura física, mas a superação de uma vulnerabilidade territorial historicamente imposta àquelas famílias que, em muitos casos, passaram anos em acampamentos, sob lona ou moradias de madeira improvisadas, até serem assentadas definitivamente. Como analisa Guilherme Delgado (2005), o novo modelo de produção agrícola, a partir da década de 1970, tratou o trabalhador rural como um excedente a ser expelido para as periferias urbanas. Nesse sentido, a consolidação da moradia no Assentamento Eli Vive é o ato político que interrompe esse ciclo de exclusão para essas famílias, garantindo as condições necessárias para a reprodução social da família no campo.

Nesse cenário, o Programa Minha Casa Minha Vida - Rural (PMCMV-Rural) surge como uma ferramenta fundamental de política pública. Diferente dos modelos habitacionais urbanos, o Programa foi desenhado para respeitar as especificidades da vida no campo. No Assentamento Eli Vive, a implementação de unidades habitacionais atua como o alicerce da dignidade, permitindo que o lote deixe de ser apenas um local de trabalho extrativista e se transforme em uma unidade de vida e produção integrada, que cumpre a função social da terra prevista na Constituição de 1988, tornando a posse da terra em direito à cidadania plena. Ao fixar as famílias com moradia digna, o Programa atua como prevenção ao êxodo rural e fortalece a soberania alimentar da região de Londrina.

A implementação do PMCMV-Rural no Assentamento Eli Vive, para a construção das moradias, constituiu mais um tema de luta e da engenharia da conquista, com percurso iniciado desde a aprovação da proposta, do regime de execução e do projeto junto à Caixa Econômica Federal, sempre contando com o protagonismo da liderança da comunidade. Embora as famílias do Assentamento Eli Vive consolidem sua subsistência por meio do acesso à terra, a natureza da pequena produção familiar impõe limites à acumulação de excedentes para o autofinanciamento habitacional. Nesse contexto, o PMCMV-Rural atua como o vetor de superação dessa barreira, materializando o direito humano à moradia digna e provendo a segurança jurídica e a salubridade essenciais à reprodução social no campo.



4. O PROTAGONISMO DOS MORADORES ASSENTAMENTO ELI VIVE NA CONQUISTA DO DIREITO À MORADIA DIGNA

4.1 Descrição da coletividade, articulação e cidadania

A trilha para a efetivação do projeto de construção das moradias no Assentamento Eli Vive iniciou a partir do credenciamento de Entidades Organizadoras, no decorrer do ano de 2023, com a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida, pelo governo federal e publicação das Portarias do Ministério das Cidades 741, 742 e 743, em junho de 2023. Nesse contexto, a COHAB-LD, na condição de empresa pública habilitada, iniciou as tratativas com as lideranças locais para elaborar a proposta para construção de 100 unidades habitacionais — limite estabelecido para sua cota de projetos. Somadas às propostas de outras entidades habilitadas, o projeto totalizou a viabilização de 200 unidades para o Assentamento.

Diferente do mercado imobiliário urbano, no campo a viabilização da moradia exige um diagnóstico da realidade local, constituído pelo perfil socioeconômico das famílias e da propriedade como um todo, para garantir que a nova moradia seja construída no melhor local, respeitando a topografia dos lotes, a infraestrutura existente e a proximidade com as áreas de produção agroecológica.

Os requisitos para seleção das famílias para o PMCMV/Rural foram definidos pelas Portarias do Ministério das Cidades nº 741, 742 e 743, de junho de 2023, contemplando renda bruta familiar anual de até R\$ 31.680,00, famílias que não haviam recebido benefício habitacional com recursos públicos e que exerciam atividade rural, incluindo agricultura familiar, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais.

Nessa perspectiva, o projeto foi devidamente enquadrado na categoria de “ocupante de assentamento da reforma agrária”, tendo sua elegibilidade ratificada junto à Caixa Econômica Federal mediante a Relação de Beneficiários emitida pelo INCRA, documento que atesta a regularidade institucional da ocupação. A listagem inicial das famílias assentadas que poderiam participar da seleção partiu da liderança da comunidade, sendo a seleção indicação da liderança, que conhecia a realidade das famílias, considerando as condições de moradia e a caracterização social e econômica.

Das 100 famílias indicadas inicialmente pela liderança comunitária, o projeto de construção de moradias no Assentamento Eli Vive, pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), contemplou 71 famílias que foram selecionadas a partir de um diagnóstico consolidado mediante o cruzamento de dados cadastrais da COHAB-LD, entrevistas estruturadas realizadas pela equipe técnica social da COHAB-LD, levantamento topográfico realizado pela equipe de engenharia e articulação com toda a rede de serviços assistenciais do Município.



A configuração das unidades familiares revelou uma expressiva presença feminina como responsáveis pelo lar, com 71% das chefias de família compostas por mulheres. Do ponto de vista geracional, observa-se um processo de envelhecimento populacional: a faixa etária predominante situa-se entre 45 e 59 anos, sendo que 62,3% dos responsáveis superam os 45 anos, evidenciando uma baixa retenção de jovens na liderança dos lotes. Quanto ao nível de instrução, o cenário é de vulnerabilidade educacional, com 54,8% dos responsáveis apresentando ensino fundamental incompleto. A incidência de pessoas com deficiência (PCDs) é pontual, com registros de limitação visual e física identificado em apenas dois casos.

As famílias são majoritariamente de pequeno e médio porte, compostas predominantemente por dois membros e sem a presença de menores de 18 anos. Nos núcleos com dependentes, prevalecem crianças na faixa de 5 a 10 anos. Embora a chefia feminina isolada seja significativa (29%), a configuração majoritária é a de casais (61%), com presença de idosos em 28% dos domicílios.

A análise econômica apontou uma concentração de renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos. Embora 21,5% das famílias possuíssem renda bruta superior a dois salários-mínimos, a renda *per capita* revela a fragilidade do grupo: apenas 1,1% mantêm esse patamar proporcional, evidenciando que os maiores rendimentos estão atrelados a núcleos mais numerosos. A incidência de políticas de transferência de renda é alta, com 57% dos beneficiários acessando o Bolsa Família.

A infraestrutura hídrica é diversificada, com o abastecimento proveniente de minas, seguido por cacimbas e poços artesianos. O esgotamento sanitário ocorre majoritariamente via fossa séptica; contudo, o descarte irregular em cursos d'água em parcela das propriedades indica um passivo ambiental a ser mitigado. A eletrificação rural atinge a quase totalidade da área, com exceções pontuais ligadas a unidades não residenciais ou compartilhamento de rede.

A base econômica do assentamento é estritamente agrícola (91,4%), frequentemente consorciada com a criação de animais. No entanto, o padrão construtivo atual das famílias selecionadas é precário, caracterizado por habitações improvisadas ou rústicas, com deficiências estruturais críticas em coberturas e pisos.

4.2 O Trabalho Social como Estratégia de Emancipação

Além da construção das moradias, o Programa preconiza a melhoria da qualidade de vida das famílias por meio de ações a serem desenvolvidas em atividades de Trabalho Social, financiado com recursos equivalentes a 1,5% do valor do empreendimento para execução do trabalho social.



Os eixos a serem trabalhados contemplam: (1) apresentação e validação dos projetos construtivos aos beneficiários; (2) apresentação das condições de contratação e dos projetos; (3) eleição da Comissão de Representantes; (4) atividade de incentivo a autonomia financeira e orientações sobre serviços públicos; (5) atividades de educação ambiental, segurança alimentar e promoção à saúde; (6) orientações para acompanhamento das edificações das unidades habitacionais.

O Projeto de Trabalho Social (PTS), referente ao Assentamento Eli Vive, se divide em Etapa I, denominada Pré-Obras, e Etapa II, referente às atividades a serem executadas durante as obras e pós-obras. O objetivo geral do PTS é pautado na promoção e melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, do Assentamento Eli Vive. Como objetivos específicos, destacam-se a identificação das problemáticas prioritárias a serem enfrentadas no trabalho social e a promoção da transparência, além da possibilidade de participação e contribuição das famílias no processo de construção da proposta.

A metodologia utilizada apresenta os principais meios para execução das ações, atividades e cumprimento dos objetivos, permitindo adequações às necessidades locais, desde que todas as ações sejam realizadas integralmente. O trabalho social é desenvolvido de forma coletiva, garantindo a adequada aplicação dos recursos, com capacitações fundamentadas no diagnóstico e articuladas com a Secretaria da Agricultura, o Sindicato Rural de Londrina e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que oferecem cursos gratuitos às famílias rurais.

Em suma, o PTS é organizado em três etapas, já mencionadas acima: pré-obras, durante-obras e pós-obras. A etapa pré-obras, corresponde às ações de diagnóstico e elaboração do PTS, nesta etapa são realizadas entrevistas com as famílias, levantamento das condições físicas e sanitárias das propriedades, realizações de reuniões para apresentação e validação dos projetos construtivos, criação do canal de comunicação, e por fim, assembleia para eleição da Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE) e suporte para contratação junto à Caixa Econômica Federal, abrangendo atualização do Cadastro Único e transmissão de dados para análise cadastral.

Na etapa de obras, é realizado ações contínuas de apoio ao funcionamento da CRE, por meio de oficinas de capacitação, visitas aos canteiros de obras e prestação de contas, além de atividades voltadas a orientações sobre serviços públicos, capacitação para execução da contrapartida física das famílias.

Por fim, na etapa pós-obras, estão previstas a continuidade de ações de apoio a CRE, por meio de visitas técnicas e atividades de encerramento do projeto, que abrangem a pres-



tação de contas, e as atividades de encerramento do projeto. O evento de encerramento contempla a realização da pesquisa de pós-ocupação, com emissão do respectivo relatório de avaliação.

4.3 Experiência da participação no Eli Vive

A participação comunitária dos moradores do Assentamento Eli Vive, situado no Distrito de Lerroville, Londrina/PR, se apresenta como um destaque e um elemento central na execução das obras. As dificuldades e os desafios na execução das obras, decorrentes da escassez de recursos, da logística complexa e de outros aspectos técnicos e administrativos, foram superados por meio da articulação e da participação dos moradores em diversas frentes de trabalho, que vão desde a execução técnica das obras até a organização da alimentação dos trabalhadores. Ressalta-se que o financiamento inicial foi de R\$ 71.000,00 por unidade habitacional, valor que se mostrou insuficiente para a integral execução das obras, razão pela qual se fez necessária a contrapartida física dos beneficiários.

Segundo informações repassadas pela construtora responsável pela execução das obras, além da participação prevista no projeto referente à contrapartida física, aproximadamente 90% dos trabalhadores que executam a obra, são moradores do Assentamento e que, em muitos casos, são os próprios beneficiários do Programa. É importante ressaltar que o envolvimento da comunidade ocorreu não apenas na execução direta das obras, mas também em diferentes frentes de trabalho que contribuíram para o modo de organização e execução das obras. Isso acontece também na organização e preparo da alimentação dos trabalhadores, realizada principalmente pelo trabalho das mulheres, bem como na produção e fornecimento de alimentos oferecidos nas oficinas de trabalho social. Essa diversidade de frentes de atuação possibilitou a geração de renda em múltiplos setores, beneficiando diretamente as famílias da comunidade. Essas ações demonstram que o programa habitacional foi além do que se propunha em um primeiro momento: fornecer moradia digna aos moradores, mas também se consolidou como um gerador de renda para a comunidade local, uma vez que os recursos que antes iriam para o mercado externo foram concentrados no próprio assentamento, garantindo, assim, mais uma fonte de renda às famílias, e a sustentabilidade local.

Para além da infraestrutura física, o programa habitacional no Assentamento Eli Vive fundamenta-se na elevação da qualidade de vida por meio do Trabalho Social. Com um aporte de 1,5% do valor do empreendimento, o Projeto de Trabalho Social (PTS) não é apenas um requisito burocrático, mas uma ferramenta de autonomia.

A estrutura do PTS organiza-se em três fases cruciais: Pré obras - Focada no diagnóstico participativo, validação de projetos e eleição da Comissão de Representantes (CRE).



Durante-obras: Fase de capacitação técnica, fiscalização comunitária e gestão de contrapartidas. Pós-obras: Consolidação da gestão patrimonial e avaliação de impacto. A metodologia adotada prioriza a ação coletiva. Ao articular parcerias com a Secretaria da Agricultura, o Sindicato Rural e o SENAR, o projeto transforma o canteiro de obras em uma escola de campo, oferecendo cursos que conectam a construção das casas ao fortalecimento da produção agrícola e da segurança alimentar. O diferencial do Assentamento Eli Vive reside na inversão da lógica tradicional de grandes empreiteiras externas. Aqui, o protagonismo da comunidade transmutou desafios logísticos em uma solução de desenvolvimento local. O projeto adotou um regime misto de execução que permitiu uma integração profunda entre a Entidade Organizadora (COHAB-LD) e os moradores. Nesse contexto, o relato de êxito foi a eficiência do projeto, comprovada pela retenção de capital no próprio território. Segundo dados da construtora responsável, cerca de 90% da mão de obra utilizada na edificação foi composta pelos próprios assentados, muitos dos quais são os futuros moradores das unidades.

Este modelo gerou um ciclo virtuoso de benefícios, sendo:

- Mão de Obra Local: A execução direta pelos moradores garantiu que os salários e encargos circulassem dentro da comunidade;
- Economia de Serviços: A logística de alimentação e suporte técnico foi gerida localmente — com destaque para o trabalho das mulheres na organização das cozinhas e no fornecimento de insumos produzidos no assentamento para as oficinas do trabalho social;
- Sentimento de Pertencimento: O envolvimento direto na "massa e no tijolo" assegura um rigor técnico e um cuidado com a manutenção que dificilmente seriam alcançados por equipes externas.

Resumidamente, a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (PMCMV/Rural) no Assentamento Eli Vive transcendeu a entrega de moradias, consolidando-se como um importante motor de geração de emprego e renda para a comunidade. Esse impacto econômico foi viabilizado pela contratação direta de pedreiros locais e pelo fortalecimento do empreendedorismo feminino, com mulheres do assentamento assumindo o fornecimento de refeições tanto para as equipes de obra quanto para as oficinas de capacitação do trabalho social. Assim, o Programa promoveu um ciclo de desenvolvimento territorial, onde o investimento em infraestrutura se traduziu em autonomia e valorização da mão de obra residente. O que era um projeto habitacional tornou-se um manifesto de que a habitação rural, quando feita com e pela comunidade, é o alicerce para a sustentabilidade do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A trajetória do Assentamento Eli Vive evidencia que o acesso à terra e à moradia no meio rural não decorreu de uma ação estatal espontânea, mas de um processo histórico de conflito, organização coletiva e pressão política contínua, reafirmando que as políticas públicas no Brasil se efetivam por meio das lutas advindas da classe trabalhadora. A experiência desenvolvida demonstrou a importância de uma organização política popular articulada à garantia de direitos, bem como as potencialidades do protagonismo dos moradores, cuja participação não se deu apenas na execução e participação nas obras, mas, sobretudo, por meio de sujeitos aliados a uma organização política e à presença de lideranças comprometidas com o movimento social.

Ressalta-se o importante papel do MST, enquanto movimento com arcabouço político, histórico e organizativo na condução da ocupação do Eli Vive, desde sua trajetória marcada pela resistência e luta dos trabalhadores rurais na reivindicação de seus direitos, até a iniciativa na organização das frentes de trabalho, estabelecendo um objetivo em comum entre os ocupantes no empenho de esforços para reivindicar e construir as unidades habitacionais. As diferentes frentes de trabalho organizadas, no controle das tomadas de decisão com base em seus interesses, demonstram a capacidade de transformação, organização e a importância da participação da população para o cumprimento e melhoria das políticas públicas, evidenciando que, sem organização política, a política pública tende a operar de forma parcial e descontínua.

Ao mesmo tempo, a experiência expõe os limites e as possibilidades de atuação profissional do assistente social na política de habitação, atuação permeada pela política neoliberal, marcada por restrições orçamentárias, burocratização, escassez de recursos, dificuldades logísticas e enfrentamento das correlações de força presentes no campo das políticas públicas e institucionais. Nesse contexto, destacamos que a atuação profissional articulada aos movimentos sociais e às formas de organização já existentes no território se configura como estratégia essencial para a garantia e a defesa de direitos, ao fortalecer o protagonismo popular, ampliar a incidência política e permitir que a política habitacional ultrapasse seu caráter estritamente compensatório, convertendo-se em mediação efetiva entre política pública, território e sujeitos historicamente expropriados.

Referências

ALVES, Whendelly Lorena Leite. A produção do espaço agrário e a organização da agricultura familiar no Assentamento Eli Vive (Londrina-PR). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2020. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5052/8/LD_PPGMAT_M_Alves%2C%20Whendelly%20Lorena%20Leite_2020_1.pdf. Acesso em: 2026.



BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/. Acesso em: 07 fev. 2026.

BRASIL DE FATO. Conheça o assentamento do MST Eli Vive, no Paraná. Brasil de Fato, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/18/conheca-o-assentamento-do-mst-eli-vive-no-parana-que-recebera-lula-neste-sabado-19>. Acesso em: 2026.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas públicas no Brasil: 60 anos*. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 36-40. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/nera/tese_bmf.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Criação dos Projetos de Assentamento Eli Vive I e Eli Vive II. Superintendência Regional do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr09-pr_2010.pdf. Acesso em: 2026.

MICHAELIS. Gleba. Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Gleba/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Assentamento Eli Vive comemora 8 anos na construção da reforma agrária popular. São Paulo: MST, 29 set. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/29/assentamento-eli-vive-comemora-8-anos-na-construcao-da-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Eli Vive – publicações sobre Eli Vive. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/eli-vive/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Londrina conquista assentamento para 600 famílias. São Paulo: MST, 1 set. 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/2010/09/01/londrina-conquista-assentamento-para-600-familias/>. Acesso em: 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Nossa história (1970-1982). Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 07 fev. 2026.



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Os 40 anos do MST: o maior movimento popular da América Latina. Publicado em: 28 fev. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/02/28/os-40-anos-do-mst-o-maior-movimento-popular-da-america-latina/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). Assentamento Eli Vive: organização social e territorialização da luta pela terra. Anais do Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina: UEL, s.d. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/download/474/384>. Acesso em: 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Conflitos agrários e ocupações do MST no Paraná. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, s.d. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136311/335963.pdf>. Acesso em: 2026.